



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0013129-72.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Adilson Carlos Alamino**  
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contraído empréstimo junto ao réu para pagamentos que se realizariam por débito em sua conta bancária.

Alegou ainda que para acessar essa conta, e fazer os pagamentos, necessitaria utilizar um “cartão chave de segurança”, o que conseguiu fazer até abril/2013, mas no mês de maio isso não foi mais possível em decorrência de problema no cartão de segurança.

Salientou que o trocou por duas vezes, mas a questão não foi resolvida, de forma que por força do atraso no pagamento das parcelas foi inserido perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à condenação do réu a substituir o cartão de segurança ou desbloquear sua conta, bem como ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

As matérias suscitadas pelo réu em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, é sabido que a realização de depósitos em contas bancárias pode ser implementada independentemente da utilização de qualquer cartão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O problema aventado a fl. 02 pode até ter sucedido, mas bloqueou somente algumas operações na conta do autor como consignado a fl. 03.

Dentre elas, porém, não estava a realização de depósitos.

A evidência maior de que a substituição do cartão não era imprescindível para o cumprimento da obrigação a cargo do autor reside na manifestação de fl. 49, em que ele esclarece que a situação foi contornada e um depósito, já realizado ainda que ausente aquela providência.

Bem por isso, não se acolhe o pleito para a condenação do réu ao cumprimento da obrigação de fazer trazida à colação.

No mais, de igual modo não faz jus o autor à percepção de indenização para ressarcimento de danos morais à minguia de ato ilícito perpetrado pelo réu.

Estes, como se não bastasse, não se configuraram porque não restou minimamente demonstrado abalo emocional de vulto por parte do autor a demandar o pagamento postulado a esse título, transparecendo que a espécie não ultrapassou os limites da relação negocial entre as partes.

Outrossim, se o pleito tem relação com a negativação do autor, os documentos de fls. 17/18 e 21/22 denotam que ele ostenta diversas outras inserções diversas daquela aqui mencionada, de sorte que tem vez a regra da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (*“Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*) para afastar o direito à indenização reclamada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 11, oficiando-se.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**